



Suspeita de dinheiro ilícito para *Dark Horse*

PF deflagra operação contra deputado Mário Frias e produtora do filme sobre Bolsonaro por suposto desvio de recursos de emendas parlamentares. Relator do caso, Dino cita indícios de organização criminosa para captar e ocultar verbas públicas

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA
» ALÍCIA BERNARDES
» RAPHAELA PEIXOTO

Investigações da Polícia Federal apontam indícios da estruturação de uma organização criminosa voltada a desviar recursos de emendas parlamentares para produção do filme *Dark Horse*, que trata da vida do ex-presidente Jair Bolsonaro. A corporação deflagrou, ontem, a Operação Make Up, destinada a apurar suspeitas de fraudes no uso dos recursos públicos. O principal alvo da primeira fase da ação foi o deputado federal Mário Frias (PL-SP), apontado como diretor-executivo do longa. Foram cumpridos 49 mandados de busca e apreensão em Brasília, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro.

Entre os alvos da ação policial também estão a produtora do filme, Karina Gama, e duas entidades de propriedade dela: o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC).

A investigação teve início após a divulgação de um áudio em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência, pediu dinheiro para Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, supostamente para financiar a cinebiografia do pai. O montante acordado teria sido de R\$ 134 milhões, dos quais R\$ 61 milhões teriam sido, de fato, pagos.

Os mandados foram expedidos pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado afirmou haver indícios de que as diferentes frentes de investigação sobre supostos desvios de recursos públicos integram “um só sistema delitivo”, e citou a existência de atos que estariam interligados até ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A referência à facção aparece no trecho em que Dino sustenta que os fatos sob investigação podem ter dimensão interestadual, circunstância que, na avaliação do ministro, reforça a competência da Polícia Federal para atuar no caso.

“Friso que há indícios de que se cuida de um só sistema delitivo, alimentado inclusive por emendas parlamentares federais, além da menção a atos interligados até com a facção criminosa PCC, o que pode significar uma dimensão interestadual, a recomendar a atuação da Polícia Federal”, escreveu.

Para Dino, os elementos reunidos até agora indicam que as duas frentes não tratam de esquemas independentes. “Em verdade, há fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, na qual o deputado federal Mário Frias figura como agente central”, ressaltou ele, que proibiu o parlamentar de deixar o país.

Fracionamento

A investigação federal tem como um de seus focos R\$ 2 milhões destinados ao ICB por duas emendas parlamentares de autoria de Mário Frias. Os recursos financiaram dois termos de fomento analisados pela PF e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Os investigadores suspeitam que os recursos foram fracionados por diferentes empresas para dificultar o rastreo e a identificação das ilegalidades.

A decisão de Dino alcança 29 pessoas investigadas por suspeitas de irregularidades na aplicação de recursos de emendas parlamentares. Além de Mário Frias, há integrantes do gabinete dele, dirigentes de organizações não governamentais, advogados e empresários.

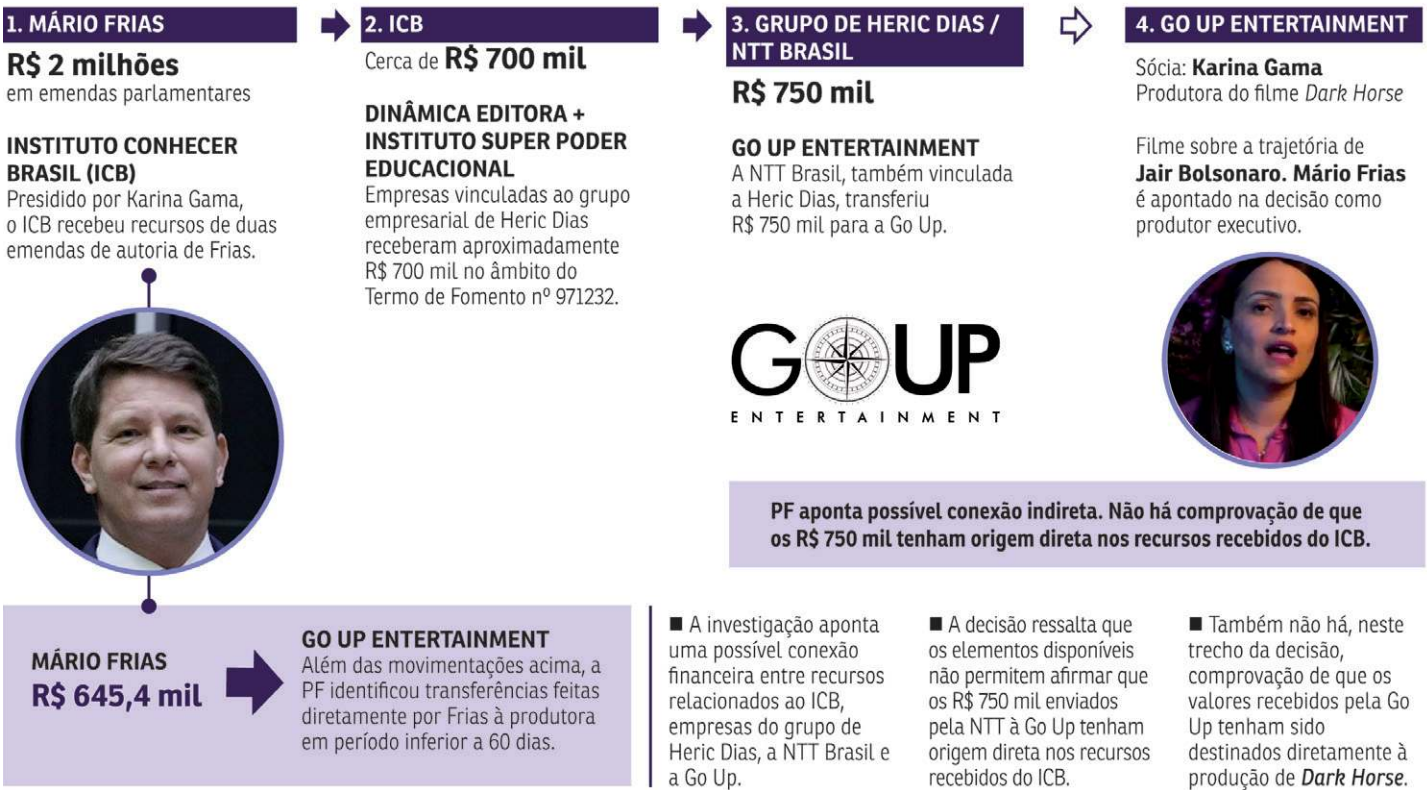
Reprodução/Redes Sociais



Mário Frias, Flávio Bolsonaro e Jim Caviezel, ator norte-americano que interpreta o ex-presidente Jair Bolsonaro no filme *Dark Horse*

O caminho do dinheiro

Veja o que mostram as investigações da Polícia Federal, desde as emendas até a produtora do filme *Dark Horse*



Saiba mais

Entidades na investigação

Em 2024, o deputado Mário Frias (PL-SP) destinou R\$ 2 milhões em emendas parlamentares ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Gama. Para a PF, o ICB seria a principal entidade captadora de recursos da rede investigada. A apuração analisou parte do caminho do dinheiro até o filme *Dark Horse* ao detectar que o ICB fez pagamentos a duas editoras ligadas a uma terceira empresa que repassou valores à Go Up, também de Karina.

A investigação apura a destinação e a execução de recursos de emendas indicadas por Frias para projetos do Instituto Conhecer Brasil (ICB). Segundo a decisão, os recursos foram repassados a fornecedores que mantêm relações societárias, profissionais ou familiares entre si.

Pelas redes sociais, Frias afirmou que os R\$ 2 milhões foram destinados a projetos esportivos e de letramento digital. “Emenda

Segundo a investigação, o ICB enviou R\$ 700 mil para a Dinâmica Editora e o Instituto Super Poder Educacional. Enquanto isso, a NTT Brasil, vinculada ao mesmo grupo empresarial, enviou R\$ 750 mil à Go Up Entertainment.

“A Go Up Entertainment movimentou R\$ 19.033.071 entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, período em que recebeu recursos de diversos remetentes, dentre eles a NTT Brasil (R\$ 750 mil) e o próprio deputado federal

pública, registrada, transparente e que qualquer um pode consultar no Portal da Transparência.”

Ele disse que os advogados que o representam não tiveram acesso ao inquérito e que “há meses” tentam obter informações. “Como pode se defender de algo sem ler? A gente descobre o que estão dizendo pelo jornal, no mesmo dia que sua porta é arrombada”, relatou.

Frias também destacou que

Mário Frias (R\$ 645,4 mil), sendo que as filmagens da cinebiografia ocorreram entre outubro e dezembro de 2025, coincidindo temporariamente com as movimentações financeiras analisadas”, afirma a investigação.

Também alvo de buscas, a empresa Go7 Assessoria Produção e Marketing Cultural, ligada à produção de *Dark Horse*, recebeu pelo menos R\$ 1 milhão do ICB, de acordo com relatórios de inteligência financeira obtidos pela PF.

emenda parlamentar “não é dinheiro que passa pela mão do deputado”. “Ela vai do Tesouro para o órgão executor, que aprova previamente um plano de trabalho e fiscaliza a prestação de contas. Se há alguma nota que a CGU quer verificar, isso se resolve com documentação, não com uma operação em ano de eleição”, afirmou. A defesa de Karina Gama não se manifestou.



Em verdade, há fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, na qual o deputado federal Mário Frias figura como agente central”

Flávio Dino, ministro do STF

“Método da toga política”

» BEATRIZ VASCONCELOS*

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) acusou o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de “tentativa de interferência política” nas eleições. A declaração foi feita após a Polícia Federal cumprir 49 mandados de busca e apreensão na Operação Make Up, que investiga suspeitas relacionadas ao financiamento do filme *Dark Horse*. O magistrado é o relator do caso na Corte.

Flávio afirmou que não existem irregularidades com o filme que conta a história do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro — condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

“Pode revirar do avesso, de cima para baixo, de trás para a frente, de um lado pro outro, de ponta cabeça, que não vai ter nada. Não tem um centavo de dinheiro público”, sustentou, durante agenda em Roraima.

Ele ressaltou que, se eleito, vai colocar “pessoas, homens e mulheres, no Supremo, que sejam contra aborto, contra droga.”

Já nas redes sociais, o presidencial escreveu que “a terceira facada chegou”, referindo-se à operação realizada pela PF. Ele ligou Dino e o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, como aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador chamou o magistrado de “ex-ministro da injustiça de Lula”, e, ao citar a decisão, usou o termo “método da toga política”.

“Todo mundo já conhece o método da toga política. Ontem (quarta), uma decisão do ex-ministro da injustiça de Lula, Flávio Dino, deu uma canetada e recolocou o Andrei Rodrigues, do Lula, na Polícia Federal. Hoje, menos de 24 horas depois, a Polícia Federal do Lula deflagrou uma Operação contra adversários políticos, adivinha quem? Do Lula”, declarou.

Flávio frisou que o fundamento político de Lula estava claro: “Enquanto isso, eles tentam esconder os crimes do filho do Lula, do chefe de gabinete do Lula e do ministro do Lula”. Segundo ele, o presidente estaria “desesperado” e já teria largado a campanha para se dedicar “a articular perseguições políticas através dos seus amigos ministros do STF”.

O senador finalizou afirmando que, se eleito, vai proteger as instituições e resgatar a democracia.

*Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa